

A MAÇONARIA E A ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA* FREEMASONRY AND BRAZILIAN ENLIGHTENMENT

Alexandre M. Barata**

BARATA, A. M.: 'Freemasonry and Brazilian enlightenment'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos* I (1): 78-99, jul.-oct., 1994.

In addition to stressing the importance of brazilian freemasonry in the late 19th and early 20th centuries, this article's purpose is to reassess freemasons' activity at that significant point in our political process. Contrary to traditional historiography, which portrays Freemasonry as an insignificant institution at that time, the article shows that it was one of the main institutions involved in the struggle to establish a new national identity, thus directly confronting the Catholic Church, which strengthened by conservative tramontane discourse. I also show how the emergence of the Religious Issue in 1872 both galvanized Masonic debates and led to changes in Masonry's field of action. The first such change was a greater identification with the so-called brazilian enlightenment movement in its struggle to change the face of the country. A second new trend was an increase in investment in charity and education as a way of counteracting the Catholic Church. What was at stake was the ability of each of these institutions to influence how society was becoming organized.

KEYWORDS: freemasonry; brazilian enlightenment; Catholic Church.

Introdução

* Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado 'Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)', defendida junto ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF).

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Após a década de 1870, reavivaram-se os debates que procuravam traçar as novas linhas mestras que deveriam nortear a organização do país. Esse movimento de idéias foi compreendido por Roque Spencer Maciel de Barros (1986, p. 9) a partir da noção de uma ilustração brasileira, que se estruturava na "crença absoluta no poder das idéias, na confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar a nação, para ilustrar o país". Cabia ao movimento ilustrado brasileiro um esforço de integração do país na cultura ocidental, um esforço de universalização.

A ilustração brasileira, descrita pelo referido autor, estrutura-se a partir do confronto entre três matrizes de pensamento, consideradas por ele enquanto "mentalidades" específicas que marcaram a intelectualidade do final do século XIX e início do XX: a mentalidade católico-conservadora, a liberal e a cientificista. O impacto dos debates entre estas matrizes contribuiu para definições no campo de atuação de cada uma delas.

Pode-se dizer que os debates que marcaram o período da ilustração brasileira revelaram dois grandes interlocutores: a maçonaria, normalmente identificada com o pensamento liberal, e a Igreja Católica, fortalecida pelo processo da romanização e identificada com o pensamento conservador. Em tal contexto, o presente artigo analisa a atuação da instituição maçônica brasileira no seio desses debates. Mais explicitamente, dimensiona a força do ideário maçônico na estruturação da nova sociedade brasileira.

Entretanto, estudar a realidade maçônica é se aventurar em terreno pantanoso. O próprio caráter secreto, a existência de vocabulário específico, de rituais e de um simbolismo peculiar são, efetivamente, barreiras que devem ser transpostas pelo historiador. Acrescente-se a isso o reduzido número de estudos acadêmicos sobre o tema e a proporcionalmente vasta historiografia produzida por maçons que se dedicam aos estudos históricos sobre a Ordem, os quais, de maneira geral e compreensível, assumem uma perspectiva factual e de valorização indiscutível de seu papel¹. Outro problema que merece grande atenção por parte do historiador é a complexidade da estrutura maçônica revelada através da pesquisa empírica, que rompe de forma definitiva com o senso comum que percebe a maçonaria enquanto instituição monolítica e unitária. Na realidade, além das especificidades nacionais, o que se descobre é uma maçonaria marcada por grandes cisões internas. Todas estas dificuldades obrigam a ressaltar, desde já, o caráter exploratório deste trabalho, mais propenso a suscitar questões do que a buscar respostas definitivas.

A 'sociabilidade' maçônica

A maioria dos historiadores maçons pesquisados não é unânime quando se trata de analisar as origens da instituição maçônica. Todavia, grande parte concorda que as feições da maçonaria moderna remontam a 1717, marco da formação da Grande Loja de Londres que converteu a Ordem em uma espécie de escola de formação humana de caráter cosmopolita e secreto, reunindo homens de diferentes raças, religiões e línguas, com o objetivo de alcançar a perfeição por meio do simbolismo de natureza mística e/ou racional, da filantropia e da educação (Benimeli, 1984, p. 464.) Nesse período, a maçonaria abandonou sua origem ligada às velhas confrarias de pedreiros da época medieval, permitindo a admissão de novos elementos, sem a obrigatoriedade de serem ligados às corporações de ofício ou às sociedades de construtores: eram os 'maçons aceitos'.

O rápido crescimento da instituição não se limitou ao território inglês. Apesar das perseguições por parte dos governos e da Igreja Católica, causadas pelo caráter secreto e não-católico da associação,

¹ Podemos destacar o de Brasil Bandecchi, *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*, o de David G. Vieira, *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, e o artigo de Célia de Barros Barreto, 'A ação das sociedades secretas'. Encontramos também algumas referências nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa e José Honório Rodrigues. Quanto à historiografia produzida por maçons, contemporaneamente, destacam-se os nomes de Nicola Aslan, M. C. Fagundes e José Castellani. Na Europa, os estudos maçônicos encontram-se bastante avançados. Podemos apontar os trabalhos de Alec Mellor, Paul Naudon, Ran Halévi, Pierre Chevallier, Marius Lepage, J. A. Ferrer Benimeli e Graça e J. S. da Silva Dias.

ela se difundiu por toda Europa e pelo continente americano. Contudo, essa expansão não ocorreu de modo uniforme, sendo de menor intensidade nas regiões onde o poder do aparato persecutório da Igreja Católica era incontestável, como em Portugal, na Espanha e na Itália. Isto porque, desde setembro de 1738, duas décadas após a formação da Grande Loja de Londres, o papa Clemente XII, na sua carta apostólica *In Eminentí*, instituiu a primeira condenação pontifícia da maçonaria. O mesmo foi feito em 1751 por Bento XIV, com a constituição apostólica *Providas*.

Parece claro que a forma pela qual se processou essa expansão conferiu à Ordem maçônica especificidades nacionais. Se na Inglaterra ficou evidente uma maior aliança com o Estado, o mesmo não ocorreu nos países latinos, onde a perseguição intensa fez com que a maçonaria assumisse uma posição mais identificada com a luta pela liberdade de pensamento e contra o absolutismo monárquico, geralmente aliado à Igreja.

Se a maçonaria moderna nasceu na Inglaterra, foi na França, no decorrer do século XVIII, que ela atingiu sua plenitude. Afora as divergências historiográficas, Ran Halévi defende que, na França, o início da atividade maçônica remonta a 1725, com a instalação de uma loja em Paris. A partir da capital, a maçonaria se expandiu em direção às cidades do interior de forma ininterrupta, mas apresentando um ritmo irregular. De maneira geral, nos anos que antecederam ao ocaso do Antigo Regime, verificou-se um crescimento considerável do número de novas lojas no território francês. Entre 1779 e 1789, esse crescimento alcançou a cifra de 52% (Dias, 1986, tomo 2, vol. 2, p. 596; Halévi, 1984, p. 43). Nesse contexto, as lojas maçônicas se transformaram em terreno propício à discussão e divulgação do ideário da ilustração (Chevalier, 1983, tomo 2, p. 110; Hobsbawn, 1983, p. 77; Chaunu, 1985, p. 299).

Essa noção, que identifica a atuação maçônica no século XVIII como instrumento de propaganda do pensamento ilustrado, passa a ser redimensionada, sobretudo com a publicação do trabalho de Maurice Agulhon, *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*. Segundo esse autor, no século XVIII, ocorreu uma identificação entre “sociabilidade” e “civilização”, expressa no crescimento do número de salões, cafés, clubes, academias. Para ele, a maçonaria era a instância mais conhecida e melhor estruturada dessa nova sociabilidade, que poderia ser considerada liberal, na medida em que veiculava as idéias da ilustração, e também porque sua existência se baseava no caráter associativo voluntário e livre (Agulhon, 1984, pp. 165-211).

Por sua vez, Koselleck (1979, p. 57) amplia os contornos desta discussão, ao defender que, dentro do Estado absoluto, as lojas

maçônicas, envoltas no véu do segredo, representavam a formação típica de um “poder indireto”, exercido pela nova burguesia. Apesar da evocação de mitos e mistérios antigos e do desenvolvimento de uma hierarquia própria, a maçonaria não se enquadrava nos cânones de uma sociedade religiosa. Ela representava um tipo de organização particular à nova sociedade civil. Nas lojas maçônicas, e através delas, a burguesia articulava uma forma social própria, vivendo de acordo com suas ‘próprias’ leis.

Contudo, esta verdadeira liberdade civil praticada no interior das lojas maçônicas, dentro do contexto do Antigo Regime, só era possível sob a proteção do segredo. Koselleck diz que a função protetora do segredo relaciona-se à necessidade de a maçonaria separar as esferas da moral e da política. Para a maçonaria, a ação moral se realizava no compromisso de abarcar em seu seio toda a humanidade, ou melhor, unir o mundo burguês à sociedade de forma mais original. O segredo criava um novo gênero de comunidade, onde o ‘mistério’ era o cimento da fraternidade e uma forma de educação moral, forjada no compromisso fundamental de guardar segredo. Ao rejeitar a realidade política externa, por considerá-la a negação da posição moral interna do mundo das lojas, a maçonaria assumia uma ação política indireta. Portanto, a principal função do segredo era dissimular as conseqüências políticas dos procedimentos morais de oposição ao Estado absoluto.

Parece claro que os autores mencionados têm, como ponto central de suas análises, a percepção da atuação da maçonaria como uma ‘sociedade de pensamento’ profundamente vinculada à nova sociabilidade pré-democrática, que se consolidava na França do século XVIII. Entretanto, é preciso atentar para os aspectos que singularizavam a maçonaria enquanto instância dessa nova sociabilidade. Além do caráter segredo, a maçonaria se distinguiu de outras instituições destinadas à difusão das idéias vinculadas ao movimento ilustrado, como academias e clubes, por ser uma sociedade iniciática, marcada por rígida hierarquia (toda dividida em graus) e por rituais profundamente influenciados pelo esoterismo. Como analisa Peter Partner (1991, p. 111), a maçonaria “Era um ‘mistério’ no duplo sentido da palavra: um mister de viver que pretendia o mesmo mistério do segredo profissional defendido pelos artesãos de outros misteres, no exercício de suas atividades”.

Pelo exposto, vê-se que a maçonaria, instituição fundamental para a sociabilidade ilustrada, adotando como princípios básicos a defesa da liberdade de pensamento e o racionalismo, apresenta, ao nível da organização, elementos inequivocamente tomados à tradição medieval. E é esta tradição que produz o substrato para a estruturação, em fins do século XVIII, da matriz de pensamento conservador que, em oposição à Revolução Francesa, defendia a conservação da antiga ordem.

Colocados em campos opostos pelo debate intelectual, liberalismo e conservadorismo estabeleceram singular diálogo na estruturação da instituição maçônica. Investigar a natureza dessa ‘dualidade’ é tarefa fundamental à compreensão da complexa maçonaria.

Assim, a harmonia entre ‘luzes’ e ‘sombras’ diferenciava a sociabilidade maçônica. No interior das lojas, protegidos pelos véus do segredo, os maçons arquitetavam uma forma social própria, baseada nos princípios da igualdade, da liberdade civil e da fraternidade.

As idéias maçônicas chegam ao Brasil

Embora a ilustração portuguesa possa ser considerada “acovardada”, no dizer de Anita Novinski (1990, p. 357), ela possibilitou a formação intelectual de toda uma geração de estudantes brasileiros que, depois de passar pela Universidade de Coimbra, foram os principais responsáveis pela introdução das idéias ilustradas no mundo colonial. Com base nestas idéias, diversos setores livres da sociedade começaram a questionar o ‘pacto colonial’ e a procurar vias alternativas para a sua superação. As conjurações do final do século XVIII (Mineira, 1789; Carioca, 1794; Baiana, 1798) reforçam o argumento do historiador Fernando Novais, (1989, p. 169), segundo o qual, no corpo teórico do pensamento das Luzes, germinavam contradições que podiam levar a uma leitura revolucionária, sobretudo se feita em situação colonial, na medida em que, dificilmente, deixariam de estimular uma tomada de consciência sobre as questões da colonização.

Além de receber o ideário ilustrado, a sociedade brasileira do final do século XVIII e início do XIX acolheu também a Ordem maçônica que, segundo a literatura corrente, transformou-se no principal veículo de divulgação desse pensamento. Vamireh Chacon afirma que as associações maçônicas penetraram no Brasil através dos estudantes brasileiros que freqüentavam as universidades européias. Após concluir seus cursos na Universidade de Coimbra, completavam os estudos na Inglaterra e na França, particularmente na Faculdade de Medicina de Montpellier, um dos focos maçônicos franceses. Diz ainda este autor que os arquivos do Grande Oriente da França, em Paris, apontam a existência de duas lojas dos estudantes brasileiros: uma em Montpellier e outra na quase vizinha Perpignan (Chacon, 1989).

Até o final do século XVIII, não existia no Brasil a maçonaria, entendendo-se como tal uma organização institucionalizada e com funcionamento regular nos mesmos moldes das outras organizações maçônicas internacionais (Vieira, 1980, p. 45). Todavia, o movimento maçônico então nascente logo assumiu um caráter nitidamente antimetropolitano, ou seja, engajado nas articulações de emancipa-

ção política da Colônia. Isso significa dizer que a luta pela emancipação esteve associada à expansão das idéias liberais e da própria maçonaria. Ao recrutar homens dispostos a organizar o movimento de luta contra o pacto colonial, as lojas criavam, ao mesmo tempo, suas bases e as bases político-ideológicas para o rompimento definitivo com a Metrópole.

A consolidação da maçonaria no Brasil (1870-1910)

Fora de qualquer dúvida, as últimas décadas do século XIX foram extremamente significativas para a instituição maçônica. Pressionada, sobretudo, pelos confrontos com a Igreja Católica, transformou-se em palco de debates entre diversas concepções sobre o propósito de sua atividade na sociedade brasileira, evidenciando seus limites e especificidades enquanto organização. Debates estes que sofriam fortes inflexões da conjuntura externa ao mundo fechado das lojas.

De modo particular, a estrutura organizacional da maçonaria em nosso país, neste período, apresentou três fases bastante distintas. Na primeira, de 1863 a 1883, o poder central da Ordem estava dividido em dois grupos: o Grande Oriente do Brasil, da rua dos Beneditinos, e o Grande Oriente do Brasil, da rua do Lavradio. Essa divisão, iniciada em 1863, sofreu um pequeno intervalo entre maio e setembro de 1872, devido à formação do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. A segunda fase, de 1883 a 1890, é marcada pela união oficial entre o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos, formando, novamente, o Grande Oriente do Brasil. E a terceira, a partir de 1890, com a formação dos grandes orientes estaduais, vinculados ou não ao Grande Oriente do Brasil.

A divisão nas fileiras do Grande Oriente do Brasil ocorreu durante o grão-mestrado do visconde de Cairu, em 1863. Sete lojas, com aproximadamente mil e quinhentos membros, formaram uma nova Obediência — o Grande Oriente dos Beneditinos — e elegeram para grão-mestre Joaquim Saldanha Marinho, político e jornalista bastante conhecido por suas posições anticlericais e pela defesa do regime republicano. Tal divisão certamente pode ser atribuída a descontentamentos com o processo eleitoral ocorrido para a direção do Grande Oriente do Brasil. Mas é preciso ressaltar que o grupo liderado por Saldanha Marinho sofria grande influência da corrente maçônica francesa, e não aceitava a idéia que identificava exclusivamente maçonaria com filantropia. Esta perspectiva pode ser apreendida no artigo de A. F. Amaral publicado no *Boletim do Grande Oriente*, editado pelo círculo dos Beneditinos em 1873:

“A maçonaria é mais alguma coisa do que uma companhia de socorro mútuo: é uma instituição filantrópica no sentido mais lato

da palavra. ... Compreendeu, pois, a maçonaria criada para proteger a humanidade e dar-lhe pleno desenvolvimento, que a sua missão era dupla, como dupla é a natureza do homem. Para realizá-la cumpria-lhe, portanto, não só dar pão aos famintos, vestir os nus e abrigar os que não tivessem teto, como também procurar dar toda expansão às faculdades morais do homem — a inteligência, o livre-arbítrio —, dons sagrados que o elevam acima da natureza criada, e o tornam elo visível entre ela e a divindade. ... Mas cultivar a inteligência das massas, ensinar-lhes os seus direitos, dizer ao ínfimo dos párias, ao último dos hilotas, ao mais degradado dos vilões — tu és homem, e portanto és livre —, foi sempre coisa grave e perigosa: a ilustração e a liberdade das massas fere e derruba os interesses ilegítimos dos fortes e dos espertos²

² Ver *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 (2-3): 104, fev.-mar. 1873.

Se o círculo dos Beneditinos, chefiado por Saldanha Marinho, defendia uma atuação mais vigorosa e política na defesa do racionalismo, da liberdade de consciência, enfim, dos princípios caros à 'modernidade', o círculo do Lavradio identificava-se mais com a corrente inglesa. Em dezembro de 1871, durante o grão-mestrado do visconde do Rio Branco, foi publicada no *Boletim do Grande Oriente do Brasil* da rua do Lavradio uma resolução, de setembro, que estabelecia o fechamento de todos os templos a maçons do Grande Oriente da França ou dos que reconhecessem a supremacia deste.³

³ Ver *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Vale do Lavradio*, Rio de Janeiro, 1 (1): 15, dez. 1871.

Apesar dessas divergências, entre maio e setembro de 1872, ocorreu breve união dos dois círculos face à necessidade de combater um inimigo comum. Isso aconteceu por ocasião da celeuma provocada pela Questão Religiosa ou Questão Episco-maçônica, que culminou com a prisão de d. Vital e d. Antônio Macedo Costa, bispos de Olinda e Belém, respectivamente.

A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica no Brasil, seguindo uma tendência internacional, empreendeu uma reorganização interna conhecida como romanização do clero. A romanização acarretou o fortalecimento da Igreja como instituição, dando início a um movimento de condenação aos chamados 'erros modernos': o progresso, o racionalismo, o liberalismo, a liberdade religiosa. Esboçava-se, concretamente, um novo contexto. A maçonaria que fora, até então, uma das instituições mais organizadas do país, passava a sofrer fortes ataques da Igreja Católica ultramontana/conservadora que era a Igreja 'oficial' do Estado.

A eclosão da Questão Religiosa, em 1872, contribuiu sobremaneira para mobilizar toda a organização maçônica que, através do Parlamento e da imprensa, desencadeou uma verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, enfim, do liberalismo. Foi por causa disso que, a 20 de maio de 1872, o Grande Oriente do Lavradio, presidido pelo visconde do Rio Branco, e o Grande Oriente dos Beneditinos,

dirigido por Saldanha Marinho, fundiram-se numa única Obediência: o Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil.

Entretanto, a derrota do visconde do Rio Branco no pleito para a escolha do grão-mestre da nova Obediência bastou para restaurar a situação anterior, até 1883. Na realidade, a existência de duas obediências no seio da comunidade maçônica brasileira, mesmo diante de uma oposição radical do ultramontanismo católico, revela a distância entre as posições de Saldanha Marinho e do visconde do Rio Branco e, conseqüentemente, dos dois grupos maçônicos.

Exercendo, de forma paralela, a grão-mestria do Grande Oriente e a presidência do Conselho de Ministros, a posição do visconde do Rio Branco no encaminhamento da Questão Religiosa evidencia-se através dos debates parlamentares, onde encontrou em Cândido Mendes de Almeida seu principal interlocutor e opositor. A argumentação do visconde tinha, como ponto de partida, a reafirmação da especificidade da maçonaria brasileira diante de suas congêneres européias. Se as lojas maçônicas européias interferiam excessivamente nos aspectos ligados à religião e à política dos Estados, as lojas brasileiras se ocupavam precipuamente do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos de beneficência.⁴

⁴ Ver *Defesa da maçonaria no Parlamento brasileiro, pelos srs. visconde do Rio Branco (presidente do Conselho de Ministros) e Alencar Araripe (membro da Câmara Temporária)*, Ouro Preto, Tipografia Echo de Minas, 1873, p. 6.

Esta postura de Rio Branco, que procurava acentuar a especificidade da maçonaria brasileira, contribuía muito pouco para o avanço das propostas defendidas pela ilustração brasileira, estruturada na separação entre Igreja e Estado, na liberdade de expressão e de pensamento. Para os maçons do círculo do Lavradio, a Questão Religiosa se resumia ao antagonismo entre a maçonaria e o ultramontanismo, que interrompia a plena harmonia existente até aquela época entre as duas instituições.

Na realidade, ao se destacar o caráter apolítico e beneficente da Ordem maçônica e sua relação harmoniosa com o Estado e a Igreja, procurava-se fortalecer as concepções regalistas que encontravam aprovação da maioria dos membros do Conselho de Estado e do imperador (Nabuco, 1975, p. 828).

O regalismo, que se estruturava a partir da noção de subordinação da Igreja ao Estado, entrava em choque com o pressuposto fundamental do pensamento liberal clássico, que era a liberdade de consciência. Para os liberais clássicos, a solução da crise só poderia ser alcançada através da separação entre Igreja e Estado.

Um dos principais expoentes do liberalismo clássico, no seio da comunidade maçônica, foi Saldanha Marinho (1816-95). Como jornalista do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Commercio*, publicou, sob o pseudônimo de 'Ganganeli' — papa Clemente XIV (1705-74), que havia dissolvido a Ordem dos jesuítas —, vários artigos onde, dentre os temas principais, destacavam-se a defesa da separação da Igreja e do Estado e a liberdade de consciência.

Os artigos publicados no *Jornal do Commercio*, entre 1873-76, foram posteriormente reunidos nos quatro volumes da obra *A Igreja e o Estado*. Dentro da perspectiva liberal de que a liberdade de consciência era incompatível com o regime de união entre Igreja e Estado, Saldanha Marinho argumentava:

“Para que a fé religiosa, que serviu de base a uma sociedade nascente, possa também servir-lhe de ponto de apoio na continuação de sua vida política, seria preciso que essa fé religiosa fosse estável, ao abrigo de qualquer mudança, de qualquer inovação, de qualquer incredulidade nos espíritos. Em todo Estado em que a lei política é baseada sobre a fé religiosa, a lei política baqueia, logo que a fé religiosa é atacada. ... A lei política é, pois, apesar de todos os rigores que se possa imaginar, impotente para manter as crenças religiosas. Seus rigores podem fazer vítimas ou hipócritas, mas não farão crentes” (Barros, 1985, p. 333).

A maçonaria, escrevia Saldanha Marinho, não podia permanecer indiferente aos interesses que contribuiriam para o “bem-estar geral da humanidade”. Obedecendo ao bom senso e à razão, era seu programa disseminar a educação livre e racional; promover a instituição do casamento e do registro civil; defender a secularização dos cemitérios; promover a absoluta liberdade de culto. Tais reformas nada mais são do que “corolários da liberdade de consciência e da tolerância”.⁵

⁵ Ver *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 (4-6): 251, abr.-jun. 1873.

O pontificado de Pio IX (1846-78), consagrando a obra de seu antecessor Gregório XVI, potencializou ao máximo a luta entre o catolicismo e a sociedade moderna. A série de condenações diretas e sistemáticas dirigidas à maçonaria pela Igreja Católica contribuiu para reforçar no imaginário coletivo — em especial entre os católicos — uma visão identificada com o perigo e com a subversão. Noção que se fortalece pelo fato de ser a maçonaria uma sociedade secreta, pois, como ensina G. Simmel (1986, p. 379), para a estrutura das ações sociais recíprocas entre os homens, o secreto (o que se esconde) é sempre a expressão sociológica da maldade moral.

Para a análise do Brasil conflituoso do final do século passado, a adoção do enfoque que enfatiza que o sistema mitológico possui uma dimensão mobilizadora possibilita uma análise mais rica das nuances do debate entre maçonaria e Igreja Católica (Girardet, 1987, p. 17).

O primeiro ponto levantado pela Igreja Católica na construção do mito do complô é a clara definição de que a maçonaria, na sua origem, é inimiga em potencial da Igreja, visto que ela descende da Ordem dos Templários e atua sob a proteção do protestantismo. Logo, toda maçonaria é inimiga e não há hipótese de especificidades nacionais. O pecado é original e mortal ao mesmo tempo: “Na loja oculta, os maçons arremesam a máscara, desprezam e repelem o simbolismo ao mesmo

tempo ridículo e perverso das primeiras iniciações, vão direto ao fato: guerra a Deus, ao seu Cristo e a sua Igreja! Guerra aos reis e a todo poder humano que não esteja conosco! Tal é a divisa, tal é o seu grito de reunião.”⁶

⁶ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro 9.7.1871, p. 221.

Como se pode perceber, as questões relativas ao caráter organizacional da instituição maçônica eram instrumentos sumamente importantes para a construção do mito do complô, sobretudo nos aspectos referentes à questão do secreto e à da iniciação. Para o discurso católico-conservador, a iniciação era considerada um ato grotesco e criminoso, na medida em que ameaçava com a morte aquele que porventura traísse a Ordem maçônica, ou seja, revelasse seus segredos. Tal perspectiva confluía para a identificação dos maçons como os homens do Satã: invisível e onipresente.

Raoul Girardet (1987, pp. 47-8) defende que, ao mesmo tempo em que se desenvolve o processo de demonização do homem do complô, o anátema de que ele é objeto aparece cada vez mais como uma réplica ou como um eco dos velhos processos de feitiçaria. Com seus rituais clandestinos, seu cerimonial iniciático, suas hierarquias submetidas à mais rigorosa das disciplinas, a seita conspiradora aparece como aquela contra-Igreja, consagrada ao exclusivo serviço do mal, que os antigos tratados de demologia denunciavam.

Outro aspecto a ser destacado, que fica patente na narrativa mítica da conspiração, é o fato de que ela se constitui no principal instrumento do pensamento conservador na sua luta contra os princípios liberais.

Como afirmou, em 1873, d. Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, em sua instrução pastoral dirigida aos católicos, a maçonaria deveria ser condenada em três aspectos: moral, por ser intrinsecamente má, em decorrência do seu caráter secreto; religioso, por ser o anticristianismo organizado defensor da escola laica, do casamento civil e da secularização dos cemitérios; e social, por ser um poderoso instrumento de desorganização social, “escola preparatória” de revoluções (Costa, s.d.).

Sem sombra de dúvida, a desqualificação da organização maçônica através do mito da conspiração política proporcionou uma certa homogeneidade ao discurso católico ultramontano. Para os católicos, os maçons eram todos iguais, inimigos dos tronos e dos altares, não sendo possível a existência de especificidades nacionais. A maçonaria é una e universal. Contrapondo-se a essa homogeneidade do discurso católico, constata-se a existência de um discurso maçônico dividido em duas vertentes, com variações na aproximação com as idéias ilustradas. Se Saldanha Marinho representava uma vertente do discurso maçônico mais próxima do liberalismo clássico, ao assumir a necessidade da separação entre Igreja e Estado, Rio Branco representava aquela vertente que, sem

abandonar as idéias liberais, estava fortemente identificada com o regalismo. Assim, a identificação dos maçons brasileiros com a elite ilustrada do final do século XIX não deve ser percebida de forma unívoca. Todavia, cabe ressaltar que a eclosão da Questão Religiosa e a radicalização dos debates entre Igreja e maçonaria tiveram um papel essencial, pois sustentaram, mesmo que em negativo, a identificação maçonaria-ilustração.

Em março de 1882, Saldanha Marinho pediu demissão do cargo de grão-mestre do círculo dos Beneditinos, possibilitando as negociações para a fusão definitiva dos dois grandes orientes. A união oficial da maçonaria brasileira foi então celebrada em 18 de janeiro de 1883, sob a direção de Francisco José Cardoso Júnior. No contexto do crescimento da propaganda ultramontana da Igreja Católica, as razões que possibilitaram essa união relacionam-se, em certa medida, com a fragilidade da instituição após o longo período de cisões internas.

A década de 1890 marcou, contudo, uma nova etapa para a organização maçônica brasileira. Paralelamente à instalação da ordem republicana federalista, o Grande Oriente do Brasil agitou-se, de novo, durante o grão-mestrado de Antônio Joaquim de Macedo Soares, pois muitas lojas passaram a questionar a autoridade do Grande Oriente do Brasil como Obediência central. Ocorreu, assim, a federalização da maçonaria brasileira, formando-se vários grandes orientes estaduais, autônomos e independentes, como o Grande Oriente Paulista (1893), Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul (1893) e Grande Oriente Mineiro (1894). Como a República, a maçonaria federalizava-se.

Sua disseminação pelo território brasileiro, apesar de ininterrupta, ocorreu em ritmo bastante peculiar; entre 1860 e 1920 a variação do número de lojas no Brasil apresentou quatro fases bem definidas.

Na primeira (1860-80) percebe-se um crescimento do número de lojas, o que pode ser atribuído a duas causas. Uma tem a ver com os aspectos organizacionais da maçonaria, já que a cisão da Ordem entre o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos levou cada Obediência a incentivar a fundação do maior número possível de novas lojas para consolidar sua hegemonia sobre a comunidade maçônica. Outra ordem de questões tem a ver com a fragilidade institucional da Igreja Católica, decorrente do padroado e da heterodoxia do clero brasileiro, contrariamente ao que acontecia na Europa.

A segunda fase (1880-90) corresponde ao período de união dos dois círculos maçônicos, efetivada em 1883. Sob o ponto de vista quantitativo, a fusão ocasionou pequena diminuição do número de lojas em funcionamento, mas, em troca, consolidou a base para o crescimento vertiginoso verificado na fase seguinte.

Entre 1890 e 1910, o número de lojas em atividade em todo o país aumentou cerca de 54% em relação ao período precedente. São Paulo e Rio Grande do Sul transformaram-se nos dois grandes focos maçônicos brasileiros, abrigando com o Rio de Janeiro cerca de 63% das lojas existentes. A criação do Grande Oriente Paulista e do Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, em 1893, iniciando a gradativa federalização da maçonaria brasileira, explica a rápida expansão das atividades nos dois estados.

A quarta fase (1910-20) sinaliza um momento de refluxo. Estima-se que o número de lojas tenha diminuído em 16%. Essa inflexão coincide com o auge do processo de 'institucionalização' da Igreja Católica, iniciado no final do século XIX, e marcado pela criação de várias dioceses nas principais cidades do país e pela estruturação de uma ampla rede de alianças com os detentores locais do poder oligárquico, com o claro intuito de consolidar sua influência política e neutralizar a ação de seus principais adversários (Miceli, p. 21).

A Tabela 1 mostra a evolução do número de lojas em cada estado brasileiro, entre 1860-1920. Se, na primeira metade do século XIX, a atividade maçônica se concentrava no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, na passagem do século XIX para o XX grande número de lojas foi criado em diversas regiões do país, em pequenas e grandes cidades, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apesar de o número de lojas em atividade oscilar, o que se pode constatar, efetivamente, é a consolidação da Ordem maçônica em todo território nacional. Entre 1861-65 funcionavam 180 lojas; no quinquênio 1916-20 eram já 417.

Espalhadas por todo o país, estas lojas se articulavam para defender seus princípios, a busca do aperfeiçoamento moral do homem e a luta por uma sociedade mais secularizada, podendo-se considerar a organização maçônica singular em relação a outras instituições do período, como a Igreja, o Exército e o próprio aparelho de Estado, que possuíam bases espaciais muito frágeis (Carvalho, 1981 e 1985; Reis, 1988).

A ação organizacional maçônica

Sérgio Buarque de Holanda (1985, p. 289), ao analisar a crise do regime monárquico brasileiro, assinalou o declínio da instituição maçônica, o que, de certa maneira, teria possibilitado o crescimento da doutrina positivista. Se nas décadas de 1820 e 1830 ser maçom era sinônimo de ser patriota, no final do Império generalizou-se a crença na regeneração da humanidade pela ciência, viga mestra da filosofia de Comte.

Tabela 1: Evolução do número de lojas maçônicas no Brasil, por estado, em quinquênios (1861-1920)

Estados	Anos											
	1861 1865	1866 1870	1871 1875	1876 1880	1881 1885	1886 1890	1891 1895	1896 1900	1901 1905	1906 1910	1911 1915	1916 1920
Rio de Janeiro	76	78	95	104	99	69	70	86	97	90	84	66
São Paulo	19	25	43	52	59	42	77	153	176	128	114	99
Minas Gerais	2	3	30	36	34	16	21	70	78	65	54	44
Rio G. do Sul	23	12	38	51	50	29	40	81	127	121	113	69
Bahia	16	11	16	15	13	12	11	12	12	13	12	13
Pernambuco	13	14	22	21	20	29	15	16	18	23	23	22
Paraná	5	2	9	11	10	9	9	23	27	22	22	22
Santa Catarina	3	4	5	6	6	5	4	5	7	7	7	6
Espírito Santo	1	1	3	2	2	1	1	9	12	11	7	3
Mato Grosso	0	0	5	6	7	4	3	6	7	7	9	9
Goiás	0	0	0	1	2	2	2	1	1	1	1	2
Pará	5	5	10	9	9	6	6	8	8	8	11	12
Amazonas	0	0	1	2	2	2	3	10	14	15	15	13
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	7	7
Piauí	1	1	3	4	4	3	2	1	1	5	5	5
Maranhão	6	6	8	8	5	5	3	1	4	6	6	7
Sergipe	5	2	5	3	3	1	2	6	5	4	1	1
Alagoas	1	4	7	6	7	3	4	3	8	8	7	6
Ceará	1	1	1	1	3	3	3	2	8	7	4	5
R. G. do Norte	2	2	2	2	2	2	3	3	3	4	3	3
Paraíba	1	1	3	3	4	1	1	1	2	2	2	2
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL:	180	172	306	343	341	244	280	497	615	553	507	417

Fonte: Kurt Proeber, *Cadastro geral das lojas maçônicas no Brasil: ativas, abatidas e inativas*. Rio de Janeiro, ed. do autor, 1975. Coleção dos *Boletins do Grande Oriente no Brasil*.

Mesmo sem apresentar as razões do declínio, a posição do autor vem sendo corroborada pela historiografia, que insiste em considerar a maçonaria como instituição que atuou de forma mais efetiva apenas durante o processo de emancipação brasileira, com presença inexpressiva posteriormente. Minha proposta de repensar o papel por ela desempenhado no final do século XIX e início do XX, procurando vinculá-la à ilustração brasileira, visa justamente questionar essa posição da

historiografiabrasileira. Evidentemente, não excluiu a atuação dos positivistas na estruturação e legitimação do regime republicano, como bem demonstraram José Murilo de Carvalho e Roque Spencer Maciel de Barros. Entretanto, quero destacar o inegável crescimento organizacional maçônico e seu papel na formação de uma expressiva parcela da elite política do período (Carvalho, 1990, pp. 129-40; Barros, 1986, pp. 107-95).

Células básicas da maçonaria, entre 1870 e 1910, as lojas transformaram-se em centros de discussão e formação de consenso sobre os grandes temas relacionados à construção de uma nova identidade nacional. Além de se voltarem para a Questão Religiosa, os debates maçônicos expressavam um claro interesse em intervir na resolução dos problemas nacionais, especialmente a 'questão servil' e a idéia de República. Embora fosse bastante importante, em algumas ocasiões até decisiva, a atuação da maçonaria não ocorreu sem dificuldades. Herdeiros da ilustração, os maçons, obviamente, não poderiam adotar uma posição de indiferença num momento tão rico e propício para a afirmação do pensamento liberal. Mas não se pode esquecer que, durante todo o processo de sua estruturação, a maçonaria foi sempre marcada por cisões entre seus membros, existindo, pois, níveis de aproximação diferenciados entre eles e o movimento da ilustração brasileira.

Entretanto, a despeito das divergências internas, é possível visualizar a maçonaria como herdeira do discurso ilustrado do século XVIII. É evidente que esta identificação liga-se, em grande parte, ao próprio contexto de sua formação na Europa e ao seu papel dentro da sociabilidade que se estruturou no século XVIII. Apesar do seu caráter secreto/fechado, a maçonaria é produto do seu tempo, refletindo a conjuntura e os interesses vividos pelos seus membros. E, como já foi assinalado, a sociabilidade proporcionada pela maçonaria a transformava em sede de uma racionalidade e de uma pedagogia ilustrada, mediante as práticas do sufrágio, do debate entre os pares e da deliberação.

É a partir da crença na universalidade da natureza humana e no racionalismo, pressupostos fundamentais do movimento ilustrado, que o discurso maçônico se estrutura. Ao se definir como uma escola de formação moral da humanidade, ensinando as virtudes cardeais — a liberdade de pensamento e a independência da razão —, assumia o compromisso das 'luzes', combater as 'trevas', representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada.

Durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, a presença da maçonaria brasileira nos debates que visavam construir uma nova noção de identidade nacional foi uma constante. Ela foi, sem dúvida, a principal e a mais bem estruturada organização, dentre as que se engajaram na instituição de uma sociedade mais

secularizada. Todavia, não se limitou a combater o ultramontanismo católico. Seus compromissos, de acordo com Quintino Bocaiúva, em 1865, poderiam ser assim sintetizados:

“No dia em que aos conselhos deliberativos da nação subirem homens iniciados nos nossos augustos mistérios, ilustrados pelas nossas doutrinas, edificados pelos nossos exemplos, identificados conosco na crença pelo progresso, nesse dia, meus irmãos, a maçonaria brasileira terá realizado a sua magna obra, sem haver descurado os deveres secundários que lhe são inerentes. ... E abolida a escravidão que é nossa nódoa e o nosso pesadelo; acabada a ignorância das classes inferiores pela difusão das escolas; libertado o comércio das peias da rotina suspeitosa; ampliadas enfim todas as liberdades que fortificam uma sociedade; a instrução e o trabalho livre e moralizado fundarão definitivamente a nossa grandeza moral e material, nosso poder e a nossa riqueza. Os direitos políticos acompanharão também de perto o desenvolvimento dos direitos individuais. E abatidas pela lei da fraternidade as barreiras que ainda hoje se opõem entre nós à fusão das nacionalidades, não haverá mais estrangeiros no Brasil, mas concidadãos enraizados ao nosso solo e identificados com os nossos destinos.”⁷

⁷ Ver *Circular aos representantes do Gr. Or. do Brasil ao vale dos beneditinos acreditados junto das altas potências maçônicas*, Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1895, pp. 37-8.

Em face aos desafios institucionais com que a maçonaria passou a se defrontar após a Questão Religiosa, cumpre ressaltar a atuação dos maçons brasileiros, no sentido de expandir as suas atividades. Além do crescimento quantitativo de lojas maçônicas nas diferentes regiões do país que, diante da fragilidade dos mecanismos de representação existentes tanto no Império quanto na República, assumiam uma função pedagógica de formação ideológica de seus membros, os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX presenciaram uma atividade mais efetiva dos maçons no que concerne ao auxílio mútuo e à beneficência; na construção e financiamento de escolas; na imprensa e no Parlamento. Estava em jogo a capacidade da maçonaria de influir na estruturação da sociedade brasileira, barrando, portanto, o conservadorismo católico.

O auxílio mútuo e a beneficência

A ajuda mútua entre os maçons constitui a própria essência da instituição, consubstanciada no ideal da fraternidade. A transformação moral do homem passa fundamentalmente pela prática da cooperação, pela solidariedade e pela fraternidade. Essa busca pelo aperfeiçoamento moral do homem, através do desenvolvimento de

uma consciência mais fraterna, acabou por transformar a grande maioria das lojas maçônicas em instrumento para a prática da filantropia e da beneficência. No início do século XX, várias delas passaram a construir e financiar asilos, orfanatos e hospitais.

Na realidade, o ideal de fraternidade, traduzido na prática da solidariedade e da beneficência, traz consigo uma dinâmica equalizadora, na medida em que deve ser estendido a todos os homens, a todos os irmãos. Busca-se, através dele, estabelecer a igualdade real e não apenas jurídica entre os homens, acrescentando aos direitos individuais um direito social. Contudo, para os maçons, a fraternidade não pode existir apenas nas palavras, pois a solidez da instituição encontra-se justamente na solidariedade entre seus membros. O conteúdo afetivo intrínseco ao juramento de fraternidade fortalece os laços de estreita união, dando aos maçons um sentimento de segurança e força. Como afirmou Simmel (1986, pp. 394-5), o segredo acarreta a reciprocidade, pois a primeira relação interna da sociedade secreta é a confiança mútua entre seus membros. Mas a valorização do ideal de fraternidade pelos maçons apresenta também uma outra função: procura negar o caráter excludente e aristocrático da sociedade secreta. A maçonaria é uma forma de sociabilidade que, por ser secreta, exclui todos os que não estão explicitamente incluídos, mas que, paradoxalmente, tem por princípio moral abarcar em seu seio toda humanidade.

A imprensa e o Parlamento

A imprensa foi um importante veículo de divulgação do pensamento maçônico. O principal e mais regular periódico foi o *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, criado pelo decreto nº 2 de 22 de setembro de 1871. Estava mais voltado para o público interno, visando à integração dos maçons das diferentes localidades, ao dedicar um grande espaço à divulgação dos atos oficiais do Grande Oriente do Brasil. Contudo, a eclosão da Questão Religiosa provocou o surgimento de vários pequenos jornais, com o fim único de divulgar a causa maçônica, marcada pelo combate intransigente ao 'jesuitismo' e a defesa da ampla liberdade de consciência. No Rio de Janeiro, destacavam-se: *A Família*, *O Pelicano*, *Família Maçônica*, *O Mundo Maçônico*, e *Aurora Escosseza*.

A existência de uma imprensa maçônica não excluía a utilização, pelos maçons, da chamada grande imprensa. Ao contrário, toda a série de artigos escritos por Saldanha Marinho em combate ao ultramontanismo dos bispos d. Macedo e d. Vital foi publicada, a princípio, no *Jornal do Commercio*, o que evidenciava o interesse em atingir igualmente o público externo.

Entre 1870 e 1910, a participação de maçons no Parlamento e em postos de destaque da administração pública foi bastante expressiva. O II Congresso Maçônico de 1909 chegou a defender expressamente: “a maçonaria deve fazer a larga política de princípios, contribuindo para que representantes de suas doutrinas tenham palavra e voto nas assembleias legislativas ou nos conselhos municipais da República”.⁸

⁸ Ver *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, Rio de Janeiro, 34(5): 196-213, jul. 1909.

Essa estratégia diferia, em certa medida, daquela utilizada pela cúpula da Igreja Católica. Segundo Sérgio Miceli (1988, pp. 21-3), durante a República Velha, raras foram as altas autoridades eclesiais que participaram diretamente do trato dos negócios públicos. As metas expansionistas da organização eclesial desenvolveram-se no sentido da formalização de uma sólida aliança político-doutrinária com as lideranças oligárquicas, convertendo a própria Igreja em espaço de encenação das solenidades de legitimação e ostentação deste poder oligárquico.

Uma análise dos 85 nomes que compuseram os gabinetes ministeriais, durante o Segundo Reinado, entre 1870 e 1889, revelou que aproximadamente 13% pertenciam ou já tinham pertencido à maçonaria. Já no Conselho de Estado este percentual aumentava para 30% dos 48 conselheiros no mesmo período. Por sua vez, entre os 77 senadores vitalícios das seis províncias mais importantes do Império — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco — cerca de 21% foram maçons.

⁹ Ver barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais*, pp. 251-7; Otaviano Bastos *et al.*, *Livro maçônico do centenário*, pp. 289-301; José Castellani, *A maçonaria e o movimento republicano*, *passim*; Nicola Aslan, *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*, *passim*; M. C. Fagundes, *Subsídios para a história da literatura maçônica brasileira*, *passim*; e *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 (10): 618, dez. 1896.

É preciso ressaltar que esses dados são parciais. A dispersão das informações nas diversas lojas do país dificulta a obtenção de uma relação completa de todos os maçons atuantes no período. Assim, para construir as percentagens, trabalhei com dados incompletos obtidos em algumas relações publicadas nos *Boletins do Grande Oriente do Brasil* e na própria historiografia maçônica.⁹

Na República, a presença maçônica não diminuiu, continuando expressiva. Pode-se, inclusive, dizer que grande parte da primeira geração republicana possuía estreito contato com a Ordem maçônica. Foram maçons Deodoro da Fonseca, Prudente de Moraes, Campos Sales, Nilo Peçanha, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Lauro Sodré, Rui Barbosa, Silva Jardim, entre outros.

Escolas

Entretanto, é a construção de uma ampla rede de escolas primárias e de bibliotecas o instrumento mais sólido utilizado pela maçonaria para a divulgação das suas idéias. As escolas e aulas noturnas para os filhos dos maçons e para as camadas populares fortalecia a identificação das lojas maçônicas como herdeiras das ‘luzes’,

libertadoras da consciência dos homens e suas fiéis escudeiras no combate às trevas, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica. De forma análoga, essas escolas se contrapunham à identificação da maçonaria com a idéia do complô, da conspiração, tão incentivada pela Igreja.

A instalação de escolas era uma prática largamente utilizada na Europa pela maçonaria francesa. No Brasil, esse engajamento começou a partir de 1870, atingindo seu apogeu no início do século XX. Já em 1872, no Rio de Janeiro, foi fundada uma loja com o sugestivo nome de Vesper, e com o fim especial de difundir a instrução nas classes populares. Em 1877, o visconde do Rio Branco dirigiu uma sessão extraordinária no Grande Oriente do Brasil em que se discutiu uma atuação mais efetiva da maçonaria nas atividades de instrução pública.¹⁰

¹⁰ Ver *A Família*, Rio de Janeiro, 12.12.1872, p. 1; *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio*, Rio de Janeiro, 6 (1): 31, jan. 1877.

Estas iniciativas demonstram que, para ela, a universalização do ensino primário laico era o principal remédio para combater os adversários do progresso, os partidários da ignorância, do fanatismo e da intolerância, ou seja, era o melhor meio de realizar sua 'alta política': "Instruamos nossas mulheres, instruamos nossos filhos. Nós os libertaremos do medo, do terror que certos homens se obstinam em fazer penetrar em suas almas fracas e sensíveis por doutrinas insensatas, e por mentiras que todos os dias impunemente divulgam."¹¹

¹¹ Ver *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 (8): 301, jul. 1872.

Esta orientação se manteve sempre em vigor, tanto que, em 1915, Lauro Sodré, grão-mestre da Ordem maçônica no Brasil, deu um passo importante para a expansão do número de escolas mantidas pela maçonaria. Pelo decreto nº 513 ficava definido que, nas localidades onde não existissem escolas gratuitas mantidas pelo Estado, as lojas e os maçons ali residentes deveriam suprir essa falta. Buscava-se ocupar, dessa forma, o vazio deixado pela insuficiente atuação do Estado, tanto imperial quanto republicano, no setor educacional (Bastos *et al.*, 1922, p. 235).

A Tabela 2, extraída do *Livro maçônico do Centenário*, revela a dimensão do trabalho desenvolvido pelos maçons brasileiros de 1915 até julho de 1922, com destaque especial para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para os maçons brasileiros, a manutenção de escolas, voltadas sobretudo para a alfabetização das camadas populares, era mais uma tarefa visando elevar o país ao nível do século. Para alcançar a civilização era preciso difundir as 'luzes'. Contudo, nesse mesmo período, a Igreja Católica também se voltou para a prestação de serviços educacionais. Assim, maçonaria e Igreja disputaram no mesmo espaço a formação de mentes.

No bojo das mudanças internas sofridas pela Igreja Católica a partir de 1870, a prestação de serviços educacionais, sobretudo para as elites, tornou-se uma das principais diretrizes adotadas pela

Tabela 2: Número de escolas mantidas pela maçonaria brasileira e respectivos alunos, julho de 1922

Estados	Número	Alunos	Estados	Número	Alunos
Acre (território)	15	275	Paraná	4	135
Amazonas	3	131	Pernambuco	4	270
Bahia	4	118	Rio G. do Norte	2	53
Ceará	3	107	Rio G. do Sul	3	53
Espírito Santo	1	—	Rio de Janeiro	10	598
Maranhão	2	98	Santa Catarina	2	58
Minas Gerais	10	244	São Paulo	59	4.626
Pará	8	205	Sergipe	—	—
Paraíba	2	59	TOTAL	132	7.030

Fonte: Octaviano Bastos et alii, *Livro maçônico do centenário*, p. 237.

organização eclesiástica, dando resultados mais expressivos durante a República Velha, com a criação de colégios religiosos em praticamente todas as cidades-sede das circunscrições eclesiásticas. A criação dessa rede de escolas religiosas, tanto femininas quanto masculinas, contou com o significativo apoio dos governos estaduais, através da cessão de terrenos e prédios em condições vantajosas, ou da concessão de subsídios financeiros diretos ou bolsas de estudo. Para Sérgio Miceli (1988, p.145), além de proporcionar uma fonte de renda segura para a manutenção da estrutura organizacional eclesiástica, a prestação de serviços educacionais para as elites tornou sua ligação com a Igreja mais estreita.

Enquanto a Igreja se voltava para a educação das elites, a maçonaria ampliava o número de escolas leigas destinadas aos setores populares. Tal estratégia revelava, de certa maneira, um interesse em ampliar o recrutamento de membros junto a esses setores, o que requeria, conseqüentemente, posicionamentos mais claros sobre os problemas da chamada questão social.

Em 1892, no discurso de posse como grão-mestre da Ordem maçônica, Antônio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, propôs que a 'questão social' se transformasse no eixo central de atuação da maçonaria brasileira.

Em 1902 e 1903, por iniciativa da loja Amor ao Trabalho, Belisário Pernambuco (1903, p. 8) realizou duas conferências no Grande Oriente do Brasil em comemoração ao 1º de Maio, com grande repercussão entre os maçons e na imprensa. Nas duas ocasiões, defendeu o engajamento da maçonaria brasileira na "grande revolução pacífica de transformação social, exercendo-se a propaganda de libertação dos proletários, pelas normas da equidade, evitando-se, com maior empe-

inho, as violências, dando sempre garantias ao trabalho — capital intrínseco — e à propriedade, fonte de salário — capital remunerador”.

Associando os princípios socialistas com o ideal de fraternidade maçônica, Belisário Pernambuco (idem, p. 22) defendia que o único meio de harmonizar o conflito entre capital e trabalho era o incentivo à formação de associações operárias e a ampliação do número de escolas voltadas para o operariado: “Sim, meus irmãos, a causa é nobre porque redime; é santa porque é humanitária; é política porque dá melhor organização à sociedade; é filosófica porque inspira-se no cristianismo; é finalmente maçônica porque é limpa e pura, fazendo do vilipendiado operário um homem livre e de bons costumes!”.

Para o autor, ao incentivar a fundação de escolas voltadas para os setores populares, a maçonaria demonstrava na prática a sua utilidade teórica: trabalhar pelo melhoramento material e moral e pelo aperfeiçoamento intelectual e social da humanidade (ibidem, p. 15).

Como afirmou o editorial do jornal *Aurora Escosseza*, a maçonaria, como a luz, deve estar em toda parte: “atuar sobre a educação que dá a primeira forma aos corações humanos, sobre as sociedades que agrupam os indivíduos e, assim, influenciando sobre os governos que caminham à frente das sociedades”¹².

¹² Ver *Aurora Escosseza*, Rio de Janeiro, 11.1.1881, p. 1.

BARATA, A. M.: ‘A maçonaria e a ilustração brasileira’. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos* I (1): 78-99, jul.-out., 1994.

Além de enfatizar a importância da instituição maçônica brasileira no final do século XIX e início do XX, este trabalho pretende, de alguma forma, contribuir para redimensionar a atuação dos pedreiros-livres naquele momento tão significativo de nosso processo histórico.

Contrariando a tradição historiográfica, que julga a maçonaria uma instituição inexpressiva no período, o artigo procura demonstrar que ela foi uma das principais instituições engajadas na luta pela estruturação de uma nova identidade nacional, entrando em confronto direto com a Igreja Católica, fortalecida pelo discurso conservador ultramontano. Mostra também que a eclosão da Questão Religiosa, em 1872, além de galvanizar os debates maçônicos, acabou propiciando transformações em seu campo de atuação. A primeira foi a maior identificação com o movimento da ilustração brasileira na sua luta pela modificação da face do país. Outra transformação foi ampliar os investimentos em beneficência e instrução, como forma de se contrapor ao fortalecimento da Igreja Católica: estava em jogo a capacidade de cada uma dessas instituições de influenciar a organização da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: maçonaria; ilustração brasileira; Igreja Católica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agulhon, Maurice
1984

Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale. 2^a ed., Paris, Fayard.

- Aslan, Nicola
s. d. *História geral da maçonaria: fastos da maçonaria brasileira.*
Rio de Janeiro, Aurora.
- Aslan, Nicola
1973 *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros.*
Rio de Janeiro, Editora Maçônica.
- Bandecchi, Brasil
1982 *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal.*
3^a ed., São Paulo, Parma.
- Barreto, Célia de B.
1985 'Ação das sociedades secretas.' Em Holanda, Sérgio B. de (org). *História geral da civilização brasileira.*
6^a ed., São Paulo, Difel, tomo II, vol. 3, pp. 191-206.
- Barros, Roque S. M. de
1986 *A ilustração brasileira e a idéia de universidade.*
São Paulo, Convívio/Edusp
- Barros, Roque S. M. de
1985 'Vida religiosa'. Em: Holanda, Sérgio B. de (org.). *História geral da civilização brasileira.* 4^a ed., São Paulo, Difel, tomo II, vol. 4., pp. 317-37.
- Barros, Roque S. M. de
1985 'A questão religiosa'. Em: Holanda, Sérgio B. de (org.). *História geral da civilização brasileira.* 4^a ed. São Paulo, Difel, tomo II, vol. 4., pp. 338-65.
- Bastian, J.-P. (org.)
1990 *Protestantes, liberais y francmasones: sociedades de ideas y modernidad en América Latina, siglo XIX.* México, CEHILA/Fondo de Cultura Económica.
- Bastos, O.; Carajurú,
O., e Dias, E.
1992 *Livro maçônico do Centenário.*
Rio de Janeiro, s. e.
- Benimeli, J. A. F.
1984 'La Inquisición frente a masonería e ilustración'. Em: Alcalá, A. (org.). *Inquisición española y mentalidad inquisitorial.*
Barcelona, Editorial Ariel, pp. 463-95.
- Besouchet, Lídia
1985 *José Maria Paranhos, visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico.*
Rio de Janeiro/Brasília, Nova Fronteira/INL.
- Carvalho, José M. de
1990 *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.*
São Paulo, Companhia das Letras.
- Carvalho, José M. de
1985 'As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador'.
Em: Fausto, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira.*
3^a ed., São Paulo, Difel, tomo III, vol. 9.
- Carvalho, José M. de
1981 *A construção da Ordem: a elite política imperial.*
Brasília, Edunb.
- Castellani, José
1989 *A maçonaria e o movimento republicano brasileiro.*
São Paulo, Traço.
- Chacon, Vamireh
1989 'Brasileiros na Revolução Francesa'. *Jornal do Brasil.*
Rio de Janeiro, 30 jul. 1989. Caderno Idéias/Ensaio.
- Chaunu, Pierre
1985 *A Civilização da Europa das Luzes.*
Lisboa, Editorial Estampa, vol. 1.
- Chevalier, J.-J.
1983 *História do pensamento político.*
Rio de Janeiro, Zahar, 2 tomos.
- Coggiola, O. (org.)
1990 *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina.*
São Paulo, Nova Stella/Edusp.
- Costa, Antônio de M.
s. d. *A maçonaria em oposição à moral, à Igreja e ao Estado.*
s. e.
- Dias, Graça da S.
e Dias, João S. da S.
1986 *Os primórdios da maçonaria em Portugal.*
2^a ed., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 tomos, 4 vols.
- Fagundes, M. de C.
s. d. *A maçonaria e as forças secretas da revolução.*
2^a ed., Rio de Janeiro, Aurora.

- Fagundes, M. de C.
1989 *Subsídios para a história da literatura maçônica brasileira (século XIX)*. Caxias do Sul, Educs.
- Girardet, Raoul
1987 *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Halévi, Ran
1984 *Les loges maçonniques dans la France d'Ancien Régime: aux origines de la sociabilité démocratique*. Paris, Librairie Armand Colin.
- Hobsbawn, E. J.
1983 *A era das revoluções: 1789-1848*. 5^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Holanda, Sergio B.
1985 'Da maçonaria ao positivismo'. Em: Holanda, Sergio B. de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4^a ed., São Paulo, Difel, tomo II, vol. 5, pp. 289-305.
- Javari, Barão de
1962 *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- Koselleck, Reinhart
1979 *Le règne de la critique*. Paris, Minuit.
- Marinho, J. S.
1876 *A Igreja e o Estado*. Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 4 vols.
- Marinho, J. S.
1885 *A Monarquia ou a política do rei*. Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos.
- Miceli, Sérgio
1988 *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Nabuco, Joaquim
1975 *Um estadista do Império*. 4^a ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- Novais, F. A.
1989 *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5^a ed., São Paulo, Hucitec.
- Partner, Peter
1991 *O assassinato dos magos: os Templários e seus mitos*. Rio de Janeiro, Campus.
- Pernambuco, B.
1903 *A maçonaria e o proletariado: comemoração do Primeiro de Maio*. Rio de Janeiro, Tipografia da Papelaria Ribeiro.
- Prado Jr., Caio
1972 *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 12^a ed., São Paulo, Brasiliense.
- Proeber, Kurt
1975 *Cadastro geral das lojas maçônicas do Brasil: ativas, abatidas e inativas*. Rio de Janeiro, edição do autor.
- Reis, Elisa P.
1988 'O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro'. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1(2): 187-203.
- Rodrigues, José H.
1975 *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, vol. 1.
- Simmel, Georg
1986 'El secreto y la sociedad secreta'. Em: Simmel, G., *Sociologia, 1: Estudios sobre las formas de socialización*. Madri, Alianza Editorial, pp. 357-424.
- Vieira, David G.
1980 *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília, Edunb.